



19 de agosto de 2018

Denunciar a BNCC privatista e chamar o boicote aos documentos curriculares.

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- A BNCC se constitui como projeto privatista, colocando para a Educação Infantil e Ensino Fundamental a precarização do ensino público.

Posição contrária a Consulta Pública sobre a aplicação da BNCC da Educação Infantil na rede municipal

O processo de implementação da BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental foi iniciada na rede municipal de São Paulo logo após a homologação da base em nível federal. Dória/PSDB lançou o "Currículo da Cidade" no dia 15 de dezembro de 2017 (cinco dias antes da homologação da BNCC). No início desse ano letivo os cadernos já chegaram nas EMEFs. Em relação a Educação Infantil ocorreu ao longo do primeiro semestre de 2018 um processo de discussão para atualização do Currículo Integrador da Infância Paulistana, por meio de um Grupo de Estudos e Práticas Pedagógicas (GEPP), formado por representantes dos diversos segmentos das escolas da rede direta bem como da rede conveniada e indireta, a fim de legitimar um documento que certamente sua essência já estava traçada desde o início das discussões.

Dizemos isso, por que um documento curricular nunca pode ser analisado meramente pelo seu conteúdo formal, mas essencialmente pela política educacional que representa e o seu processo de "construção", ou seja, em que contexto político e econômico está inserido, que neste caso é de corte de verbas e retirada de direitos dos trabalhadores em nível nacional, por meio de um governo nascido de um golpe institucional.

A tendência colocada para a Educação Infantil com a BNCC é de avanço da privatização, potencializada pelo retorno de uma concepção de

"pré-alfabetização", que possibilitará a entrada de material didático específico (sistema de apostilamento) e de consultorias pedagógicas para formação continuada de professores. O que facilitará a ampliação da política de convênios, já que estes terão autorização para funcionar com qualquer infraestrutura, como já tem ocorrido na rede. Vale lembrar a ideia, colocada por Chalita/PMDB em 2015, de utilização de estacionamentos do Carrefour para a construção de creches. O atendimento às crianças de 0 a 3 anos, hoje, já conta com 80,46% sendo realizado pela rede conveniada e indireta em locais adaptados e apenas 19,53% pela rede direta em prédios construídos para atendimento específico das crianças pequenas. Essa é uma das manifestações da política privatista colocada para essa etapa da educação básica. Funcionará como uma adaptação pedagógica à ausência de infraestrutura adequada ao atendimento das crianças pequenas. As principais reformas educacionais têm se utilizado da faceta das "atualizações ou inovações curriculares", a exemplo das reformas curriculares dos cursos de formação de professores, que possibilitaram o sucateamento dos cursos por meio do corte de disciplinas e da efetivação do ensino a distância.

A tendência colocada para a Educação Infantil com a BNCC é de avanço da privatização, potencializada pelo retorno de uma concepção de "pré-alfabetização", que possibilitará a entrada de material didático específico (sistema de apostilamento) e de consultorias pedagógicas para formação continuada de professores. O que facilitará a ampliação da política de convênios, já que estes terão autorização para funcionar com qualquer infraestrutura, como já tem ocorrido na rede.

A atualização do currículo da Educação Infantil surge da uma exigência de adequação a BNCC privatista de Temer/PSDB. Não surge como rei-

zões ou inovações curriculares", a exemplo das reformas curriculares dos cursos de formação de professores, que possibilitaram o sucateamento dos cursos por meio do corte de disciplinas e da efetivação do ensino a distância.

vindicação da categoria ter um currículo prescrito para a Educação Infantil, pois inclusive há divergências quanto a necessidade de um documento curricular para esta etapa, o que demonstra que a discussão sobre a própria concepção de currículo para a Educação Infantil precede.

No entanto, mesmo os profissionais da Educação Infantil que reconhecem no Currículo Integrador da infância Paulistana um acúmulo de debates da rede, não foram capazes de se contrapor a necessidade dessa atualização de forma independente, e acabaram participando desse processo com o objetivo de tentar preservar o que havia sido construído pela rede até então. Para isso, se submeteram a fazer apontamentos em um esqueleto que foi sendo apresentado de forma fracionada nas reuniões do GEPP, onde se quer os participantes tinham direito de fazer uma leitura cuidadosa dos fragmentos antes das reuniões, tinham acesso aos textos apenas no momento das reuniões.

Após alguns encontros desse grupo, formado por representantes de todas as Diretorias Regionais de Ensino e coordenados por intelectuais da área, foi apresentada a versão preliminar do currículo da Educação Infantil da cidade e submetida a rede em formato de consulta pública, a princípio no período de 30/07 até 17/08, posteriormente sendo estendida até o dia 31/08. É clara a intenção do governo de utilizar as escolas simplesmente para legitimar um documento que esconde outros interesses alheios a classe, pois se houvesse interesse em uma construção de fato coletiva as discussões partiriam das escolas, a socialização das experiências vivenciadas pela rede serviria de subsídios e não de ilustração como está sendo proposto nessa consulta. A quem interessa realizar uma discussão tão apressada com a rede? Como se as escolas estivessem perdidas e necessitassem então com urgência de um documento que agora sim irá nortear as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas de educação infantil.

As escolas de educação infantil da rede municipal não carecem de mais prescrições que norteiem o planejamento das ações pedagógicas, muito pelo contrário há um acúmulo enorme de textos publicados pela rede. As escolas de educação infantil carecem sim de espaços adequados

para atender os bebês e crianças, de recursos materiais que possibilitem vivenciar experiências concretas, de um módulo adequado de profissionais e da redução de crianças por turmas e agrupamentos. Sem essas condições mínimas o currículo prescrito não serve para nada! A não ser para escamotear as condições precárias de ensino e trabalho.

Com o silêncio das direções sindicais pelegas do SINPEEM e demais entidades bem como das centrais sindicais e da CNTE a categoria se encontra iludida em torno da participação nesta consulta pública. Muitos acreditam que precisam responder, fazendo apontamentos ao texto preliminar a fim de garantir que essa atualização curricular não legitime a BNCC. Acreditam estar fazendo resistência frente a BNCC, sem perceber que estão no território do governo e que neste campo não há disputa.

Neste sentido, é preciso compreender que a participação nesta consulta como forma de marcar posição ou mesmo de um suposto protesto, de crítica ao documento, não passa de ilusão, pois independente do que for agregado ou retirado do documento não passará de letra morta, pois a política privatista imposta pela BNCC só será combatida com a categoria mobilizada, com luta nas ruas.

Portanto, nossa tarefa é de denunciar a BNCC privatista e chamar o boicote aos documentos curriculares que vem sendo formulados pela rede para sua implementação. A BNCC se constitui como projeto privatista, colocando para a Educação Infantil e Ensino Fundamental a precarização do ensino público, a privatização da educação infantil por meio parcerias público privadas e a criação de novos mercados pedagógicos (apostilas, software e consultorias pedagógicas), mas, acima de tudo, os cortes de gastos com a educação servirão para valorizar capital financeiro, por meio do pagamento da dívida externa.

(...) a participação nesta consulta como forma de marcar posição ou mesmo de um suposto protesto, de crítica ao documento, não passa de ilusão, pois independente do que for agregado ou retirado do documento não passará de letra morta, pois a política privatista imposta pela BNCC só será combatida com a categoria mobilizada, com luta nas ruas.